

Ano XX nº 6021 – 28 de março de 2019

Governo ataca os fundos públicos: FAT e FGTS

O governo de Jair Bolsonaro (PSL) quer passar a gestão dos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para o mercado. Supostamente, a medida melhoraria a gestão e desoneraria o setor produtivo.

De fato e de direito, o governo matará essas duas importantes fontes de financiamento de políticas de geração de emprego e renda e habitação, afirmam em artigo o secretário de Administração e Finanças da CUT, Quintino Severo e o presidente Confederação Nacional dos Sindicatos de Trabalhadores nas Indústrias da Construção e da Madeira filiados à CUT (Conticon), Cláudio da Silva Gomes.

De acordo com o artigo de Quintino, que também é membro do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (CODEFAT), e de Claudinho, que é integrante do Conselho Curador do FGTS, a medida vai engordar os lucros financeiros dos bancos privados. Não vai contribuir em nada para o desenvolvimento econômico do Brasil.

O único interesse dos bancos privados, **é botar a mão nos R\$ 846 bi dos fundos**, sem contrapartidas, ou seja, sem qualquer compromisso com a geração de emprego ou com a execução das políticas sociais a cargo do fundo.



BB apresenta proposta final na mesa da Cassi



Em reunião realizada ontem, 27/03, no Rio de Janeiro, o Banco do Brasil apresentou proposta final na mesa de negociação da Caixa de Assistência (Cassi) com as entidades representativas dos funcionários da ativa e aposentados.

O processo negocial foi retomando no dia 31/01 e, após diversas rodadas com debates e estudos técnicos, o BB apresentou na mesa a proposta que inclui mudanças na governança e no custeio da Cassi por parte do banco e dos associados.

Na estrutura de governança apresentada, foi aceita a proposta feita no Grupo de Trabalho das entidades na Cassi, sem a troca entre diretorias de eleitos e indicados. O BB também apresentou o detalhamento sobre o voto de decisão em itens específicos da Diretoria Executiva, a exigência de experiência mínima para ocupação de cargos nos Conselhos e Diretoria Executiva, bem como a segregação da eleição do Conselho Fiscal.

Na parte do custeio, a proposta inclui a cobrança por dependentes com contribuição dos associados e do banco sobre a folha de pagamento dos ativos. A cobrança por dependente passa a ser por percentual do salário e a correção anual será pelo reajuste salarial.

O compromisso de ampliar e aprimorar o modelo da Estratégia Saúde da Família para alcançar todos os participantes do Plano de Associados em até quatro anos. Criar em até 30 dias da aprovação do novo estatuto uma mesa específica para debater o ingresso na Cassi dos funcionários egressos de instituições financeiras incorporadas.

Abertura do Plano Associados aos novos Funcionários admitidos a partir de 01.01.2018, com a possibilidade de permanência da Cassi na aposentadoria com pagamento das contribuições em auto patrocínio, arcando com a parte pessoal e parte patronal.

As entidades farão avaliação da proposta para orientação aos associados.